



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

## MINUTA DE CONTRATO

***Anexo II - Contrato de fornecimento - aquisição de Solução integrada única para banco de dados Oracle, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a empresa xxxxx***

*Pelo presente instrumento a **União**, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado Contratante, e a **empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ sob n. xxxxxxxx, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx/xxx, telefone: (xx) xxxx-xxxx, e-mail: [xxx@xxxxxx](mailto:xxx@xxxxxx), representada neste ato por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da CI RG xxxxx SSP/RS e CPF xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Edital de Pregão n. xx/2020 - Processo SEI 0007088-11.2020.6.12.8000 e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:*

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** O presente contrato tem por objeto a aquisição de Solução integrada única para banco de dados Oracle, visando atender à demanda do TRE/MS.

**1.2.** Faz parte do presente Contrato, vinculando-se ao mesmo independente de transcrição, a proposta da Contratada, no que com ele não conflitar.

## ***CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO***

### **2.1. O objeto deste contrato compreende:**

#### **ITEM 1 - Solução Integrada Única para Banco de Dados Oracle**

##### **1. ESPECIFICAÇÕES GERAIS**

1.1. A solução completa deverá ser disponibilizada em um produto único, integrando hardware, armazenamento de dados em discos, memória, sistema operacional, sistema gerenciador de banco de dados e comunicação de rede entre as unidades de processamento (servidores) e armazenamento, sob responsabilidade do mesmo fabricante.

1.2. As licenças do sistema gerenciador de banco de dados serão fornecidas pelo TRE-MS.

1.3. Todos os componentes do appliance deverão ser integrados pelo próprio fabricante.

1.4. A arquitetura deverá ser projetada para o ambiente computacional para banco de dados de alta performance.

1.5. A solução deverá permitir a adequação da capacidade de armazenamento e processamento de seus componentes para atendimento às eventuais necessidades de crescimento de demanda, bem como a manutenção de bases transacionais no mesmo ambiente computacional, sem prejuízo de desempenho.

1.6. A solução deverá possuir características internas de redundância.

1.7. A solução deverá possuir capacidade de armazenamento all flash para todo o appliance com, no mínimo:

1.7.1. 12.8 TB (doze terabytes e oitocentos gigabytes) brutos para o banco de dados, 480 GB (quatrocentos e oitenta gigabytes) para o sistema operacional e SGBD (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados) Oracle em espelhamento simples. Poderão ser ofertadas soluções com configuração e desempenho superiores ao solicitado.

##### **2. DO PROCESSADOR**

2.1. Possuir 01 (um) processador de no mínimo 16 (dezesseis) núcleos (core) cada para processamento de banco de dados; Cache Level 1: 32 KB de instruções e 32 KB de dados L1 cache por core; Level 2: 1 MB shared data e instruções L2 cache por core; Level 3: Até 1.375 MB shared inclusive L3 cache por core; Frequência de clock nominal mínimo de 2.3Ghz.

2.2. O processador deverá estar em processo normal de fabricação.

2.3. O processador deverá suportar tecnologia multithreading.

##### **3. DA MEMÓRIA**

3.1. Deverá possuir no mínimo, 192 GB (6 x 32 GB) de memória RAM e deverá possuir interface DDR4.

3.2. Deverá ser possível expandir a quantidade de memória para no mínimo 384 GB (12 x 32 GB).

#### 4. DOS DISCOS

4.1. A solução deverá ser entregue com a seguinte especificação de discos:

4.1.2. 2 (dois) discos SSDs de 480 GB M.2 SSDs (espelhados) para a instalação do sistema operacional e sistema de gerenciamento de banco de dados, com capacidade de “hot swap”;

4.1.3. 2 (dois) discos NVMe SSDs para armazenamento do banco de dados com capacidade total de 6.4 TB cada, configurado com espelhamento duplo (double mirroring), disponibilizando 5.8 TB de armazenamento líquido;

4.1.4. Os discos para o sistema operacional e SGBD deverão ser distintos dos discos para armazenamento do banco de dados.

#### 5. DO SISTEMA OPERACIONAL E SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DO APPLIANCE

5.1. Todos os softwares integrantes da solução devem suportar arquitetura de endereçamento de 64 bits.

5.2. O equipamento deverá ser fornecido com as licenças do sistema operacional Oracle Linux, multitarefa e multiusuário.

5.3. O sistema operacional deverá ser licenciado para o número máximo de CPU e núcleos do respectivo servidor e para um número ilimitado de usuários.

5.4. O sistema de gerenciamento do equipamento sob forma de appliance deverá permitir provisionamento e gerenciamento simplificados, integrado e do mesmo fornecedor do hardware.

5.5. O produto final esperado é representado por todos os softwares instalados, atualizados, em pleno funcionamento e com os pacotes de atualização (patches) aplicados.

5.6. Todos os softwares que compõem o appliance devem ser entregues com cessão de direito de uso permanente.

5.7. Possuir mecanismos de gerenciamento de carga (Workload) para permitir a gestão de recursos do equipamento e dos grupos de usuários consumidores de recursos.

5.8. Deverá possuir gerenciamento integrado do hardware e do banco de dados, permitindo criação e gerenciamento de banco de dados por linha de comando ou interface gráfica.

5.9. Deverá incluir sem custo a licença de virtualizador baseado em KVM, permitindo utilizar os recursos ociosos não alocados para o banco de dados, para virtualizar aplicações.

5.10. Deverá incluir assistência técnica e atualizações para o Hypervisor sem custos adicionais, durante a vigência da garantia.

5.11. Deverá incluir, sem custos, licenças ilimitadas de sistema operacional Oracle Linux para serem utilizados nas máquinas virtuais dentro da solução. Estas devem também incluir assistência técnica e direito a atualizações sem custos adicionais.

5.12. O sistema de Virtualização, Sistema Operacional e Gerenciamento do appliance devem ser do mesmo fabricante do hardware e suportado como uma única solução. No futuro o TRE-MS poderá optar pela virtualização, uma vez que já possuirá todos os itens necessários para a sua realização.

5.13. Deverá possuir função de criação automática de chamados para o fabricante em caso de falhas de hardware.

5.14. Deverá possuir capacidade de configuração de envio de alertas via syslog e SMTP.

5.15. Deverá ter compatibilidade para ativação sob-demanda dos núcleos dos processadores para utilização de licenciamento Oracle Database Enterprise Edition disponível e indicado pelo TRE-MS.

## 6. DOS REQUISITOS DE REDUNDÂNCIA

6.1. Possuir acionamento automático dos recursos de redundância em caso de falha.

6.2. Possuir ventiladores redundantes (N+1) e hot-pluggable, em sua totalidade para suportar a refrigeração do sistema interno em sua configuração máxima e dentro dos limites de temperatura de operação.

6.3. As fontes de alimentação deverão ser redundantes por fontes internas independentes, de tal forma que em caso de falha de uma das fontes, por defeito ou por falta de alimentação elétrica em um dos circuitos, o equipamento continue a funcionar sem prejuízo das aplicações.

6.4. As fontes de alimentação devem suportar tensão de entrada de 100 a 127 VAC e 200 a 240 VAC em 50 ou 60 Hz.

## 7. DOS REQUISITOS FÍSICOS DO APPLIANCE

7.1. Padrão 19 polegadas com 2U de altura no rack.

7.2. A arquitetura do servidor deve ser projetada pelo fabricante e desenvolvida especificamente para o modelo ofertado.

7.3. Deverá possuir no mínimo uma interface de rede Gigabit Ethernet e uma porta serial RJ45 para gerência.

7.4. Deverá possuir no mínimo duas portas USB 3.0.

7.5. Possuir, no mínimo, 3 (três) slots PCI-Express.

7.6. Possuir, no mínimo, duas interfaces 10GbE SFP+.

7.7. Toda a solução deverá estar interconectada e funcional.

7.8. Possuir canais suficientes para controlar a quantidade de discos suportada pelo servidor.

7.9. Deverá ser gerenciado através de uma única interface para todo o appliance.

7.10. As unidades de armazenamento deverão possuir mecanismos de tolerância a falhas, possibilitando a troca de um ou mais discos para manutenção sem a interrupção dos serviços e sem perda de dados.

7.11. As interfaces de rede Ethernet 1000/10000 Mbps deverão suportar operação em modo full duplex, protocolo SNMP, failover automático e balanceamento automático.

7.12. O appliance deverá ser entregue com todos os componentes de comunicação necessários para sua operação em rede, interligados e funcionais.

7.13. O appliance ofertado deverá possuir recurso de gerenciamento compatível com o padrão IPMI 2.0 que possibilite o gerenciamento remoto através de controladora de gerenciamento integrada com porta RJ-45 dedicada.

7.14. O gerenciamento remoto também deverá permitir o redirecionamento de teclado, vídeo e mouse; Montagem de mídia (USB, ISO, CD e DVD); Gerenciamento de energia e monitoramento; e, suportar Active Directory.

7.15. Deverão ser fornecidos cabos de energia IEC 320 C13-C14 para conexão às PDUs do TRE-MS.

7.16. O appliance deverá ser entregue com todos os acessórios, cabos ou qualquer outro material necessário para seu funcionamento conforme normas do fabricante.

## 8. DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO HANDS-ON

8.1. O equipamento deverá ser instalado no rack indicado pela equipe técnica do TRE-MS, contemplando ainda a organização do cabeamento, fixação de trilhos, braços ou demais acessórios de montagem.

8.2. Deverá ser realizada a inicialização do appliance, com configuração básica do sistema operacional, instalação do SGBD Oracle Enterprise (instalação do tipo Bare Metal), ativação de licenciamento, configuração de interfaces de rede, criação de usuários para acesso, configuração do armazenamento (arrays, espelhamentos, etc.).

8.3. Deverá ser realizada a atualização de todos os softwares, firmwares e drivers que compõe a solução.

8.4. O equipamento deverá ser disponibilizado em pleno funcionamento, em conformidade com o disposto neste Edital e seus anexos, e em perfeitas condições de operação, de forma integrada ao ambiente do TRE-MS.

8.5. A instalação física do equipamento será realizada pelo fabricante, com acompanhamento da equipe técnica do Tribunal.

8.6. A instalação, configuração e testes do equipamento será igualmente acompanhada, visando o repasse de conhecimento e observados os padrões segurança do TRE-MS.

8.7. O equipamento deverá estar com todas as funcionalidades e recursos de hardware e software solicitados disponíveis e configurados.

8.8. Os sistemas de gerenciamento e de acionamento automático de assistência técnico (call home) também deverão estar ativos e em pleno funcionamento, levando consideração todas as características solicitadas.

8.9. A instalação e a configuração do equipamento deverão ocorrer preferencialmente em dias úteis, no horário de funcionamento do TRE-MS, ficando a cargo da CONTRATANTE a definição dos horários para configuração do equipamento em produção. Atividades a serem realizadas fora deste horário estarão sujeitas à aprovação prévia da equipe da Secretaria de Tecnologia de Informação.

8.10. Deverá ser executada a migração das databases Oracle para o appliance.

8.11. As janelas de migração deverão ser acordadas com a equipe técnica do TRE-MS.

8.12. Todos os componentes de hardware e software deverão funcionar em conjunto, simultaneamente, sem conflitos, de forma integrada entre eles e o ambiente de infraestrutura de TI da CONTRATANTE.

8.13. Ficará a cargo da contratada realizar a criação e os testes dos backups em disco e em fita do Oracle (Full e Archive Log) com uso da funcionalidade RMAN do software de backup do TRE-MS (VEEAM B&R, versão

Enterprise).

8.14. Todos os serviços deverão ser realizados nas dependências do TRE-MS. Custos de deslocamentos deverão ficar a cargo da CONTRATADA.

8.15. Deverá ser fornecido um treinamento "hands-on" no appliance e seu software de gerenciamento;

8.16. Toda a solução deverá ser tratada como um projeto. A empresa CONTRATADA deverá entregar um planejamento dos passos a serem desempenhados desde a reunião inicial até o término do projeto. Deverá ser entregue ao final do projeto uma documentação com o "as built" de toda a solução implantada.

## 9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando no mínimo a execução dos seguintes serviços:

9.1.1. Fornecimento de 1 appliance da empresa Oracle para execução de banco de dados Oracle;

9.1.2. Realização de serviços de instalação e configuração de banco de dados Oracle;

9.2. Para a comprovação da qualificação técnica, será admitido o somatório de atestados diversos apresentados pela licitante.

9.3. Os Atestados de Capacidade Técnica acima descritos poderão ser objeto de diligência por parte do(a) pregoeiro(a) para sua validação junto ao emissor.

9.4. As exigências acima são necessárias pois os serviços a serem realizados pela CONTRATADA são extremamente críticos para o Órgão. A empresa manuseará dados em produção e realizará serviços que exigem um alto grau de especialização para que sejam desempenhados com a qualidade esperada.

## 10. DA GARANTIA

10.1. A assistência técnica da fabricante deverá estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo feriados, mediante abertura de solicitação técnica por via telefônica ou on-line em portal próprio de garantia do fabricante da solução.

10.2. A assistência técnica deverá ser prestada na modalidade “on-site” no endereço onde o appliance estará instalado.

10.3. Em caso de defeitos, as peças afetadas deverão ser trocadas sem ônus ao TRE-MS, com substituição realizada por técnico habilitado e autorizado pela fabricante.

10.4. As peças definidas pelo fabricante como Customer Replaceable Unit (CRU) serão substituídas pelos técnicos do TRE-MS.

10.5. Estão inclusos, mas não limitados, os seguintes serviços na garantia:

10.5.1. Atualizações de programas e ferramentas, correções (patches), correções de segurança, alertas de segurança para o sistema operacional e softwares integrados;

10.5.2. Direito de uso do “My Oracle Support”;

- 10.5.3. Direito de uso do “Oracle Enterprise Manager Ops Center”;
- 10.5.4. Direito de uso do “Oracle Unbreakable Linux Network”;
- 10.5.5. O modelo de atendimento deverá seguir as condições estabelecidas através do “Oracle Premier Support for Systems”.
- 10.5.6. A garantia do equipamento deverá ser fornecida pelo fabricante por período mínimo 36 meses.

Marca Obrigatória: Oracle Database Appliance X8-2S

**2.2.** Todas as novas licenças adquiridas deverão ser perpétuas, isto é, após o final do prazo de garantia ou similar estipulado, o TRE-MS terá o direito de continuar utilizando o software sem restrições das funcionalidades. Porém, após o final do prazo de garantia, o TRE-MS não terá o direito a upgrades e atualizações de segurança.

**2.3.** As especificações do objeto, quantidades a serem adquiridas, forma, prazos, condições de fornecimento, procedimentos a serem seguidos, obrigações e deveres, etc. estão expostos no **CAPÍTULO II. DAS SOLUÇÕES, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS, CAPÍTULO V. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DAS SOLUÇÕES E CAPÍTULO XII. DAS EXIGÊNCIAS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS** do Termo de Referência.

### ***CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO***

**3.1.** O objeto deste contrato será executado através de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

### ***CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS***

**4.1.** O período de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses contados da última assinatura eletrônica, podendo ser encerrado por resolução, caso o objeto seja totalmente concluído antes do prazo previsto ou estendido até a data de conclusão dos serviços.

**4.2.** Os prazos de execução dos serviços são os dispostos no **CAPÍTULO V. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DAS SOLUÇÕES** do Termo de Referência.

### ***CLÁUSULA QUINTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO***

**5.1.** As despesas referentes a este contrato serão custeadas por Créditos Orçamentários fixados na Lei Orçamentária Anual para o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, pela seguinte dotação orçamentária xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

## ***CLÁUSULA SEXTA-DO PREÇO***

**6.1.** O valor total do contrato é de R\$ xxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme detalhamento abaixo:

ITEM 1 - Solução Integrada Única para Banco de Dados Oracle	VALOR (R\$)
1.1. - EQUIPAMENTOS	
1.2. - SERVIÇOS	
TOTAL	

**6.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## ***CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO***

**7.1.** O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **CAPÍTULO VII. DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA** e no **CAPÍTULO VIII. DO PAGAMENTO** do Termo de Referência.

## ***CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO***

**8.1.** De acordo com o §1º, do art. 2º, da Lei 10.192/2001, não haverá reajustamento ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

**8.2.** Somente o transcurso de 12 (doze) meses, no caso da não conclusão do objeto dentro do prazo da vigência do contrato, a contratada deverá requerer o reajuste poderá ser concedido reajuste de valores e será limitado à aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venho substituí-lo, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

**8.2.1.** O reajuste de que trata este item não é compulsório e somente será aplicado no caso de defasagem de preços, tendo por base pesquisa de mercado, desde que a empresa contratada comprove que sofreu variação nos custos contratuais que esteja comprometendo a execução do contrato.

**8.3.** No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

**8.4.** Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;



- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

**8.5.** Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

**8.6.** Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

### ***CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO***

**9.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

### ***CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO***

**10.1.** As disposições quanto a fiscalização e ao acompanhamento dos serviços estão dispostas no CAPÍTULO VI - DA FISCALIZAÇÃO do Termo de Referência.

### ***CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE***

**11.1.** Os direitos e deveres do CONTRATANTE são aquelas previstas no CAPÍTULO X - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS do Termo de Referência.

### ***CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA***

**12.1.** Os direitos e obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no CAPÍTULO XI - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA do Termo de Referência.

### ***CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS***

**13.1.** Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente

notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**13.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).**

**13.2.** Será aplicada **ADVERTÊNCIA** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.

**13.3.** Será aplicada **MULTA**:

- a) de **1%** (um por cento) por dia de **atraso no início ou na conclusão dos serviços contratados / entrega dos materiais**, sobre o valor total do contrato, para o item correspondente, limitada a sua aplicação a 10 (dez) dias consecutivos. Após o décimo dia, a multa diária passará a 2% (dois por cento) por dia, sobre o valor total do contrato e a Administração poderá, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- b) de **2%** (dois por cento) sobre o valor total do contrato, para o item correspondente, após a 2ª advertência da mesma natureza, passando a multa a ser de 3% após a terceira situação de advertência da mesma natureza;
- c) de **0,5%** (meio por cento), sobre o valor total da contratação, por dia de **atraso, no atendimento do chamado de suporte técnico**. A partir do 15º (décimo quinto) dia de atraso, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de rescisão;
- d) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de **desatendimento de demais cláusulas contratuais ou do Termo de Referência, ou de ordens da fiscalização**;
- e) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de **atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) necessário para pagamento**;
- f) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, caso a contratada **deixar de assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório**, na forma prevista em lei;
- g) de **30%** (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, se a contratada se negar a executar os serviços solicitados ou entregar o material, sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições deste Contrato, levar a Contratante à rescisão do contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

**13.3.1.** O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

**13.3.1.1.** A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

**13.3.1.2.** Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 13.3.2 e 13.3.3 abaixo;

**13.3.2.** Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

**13.3.3.** Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

**13.3.4.** Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

**13.3.5.** A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

**13.4.** Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não mantiver a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

**13.5.** Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

**13.5.1.** Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

**13.5.2.** Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

**13.6.** Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

**13.7.** As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 13.5.

## ***CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL***

**14.1.** A rescisão do presente Contrato ocorrerá nos casos previstos nesta avença e no Termo de Referência, bem como nos casos previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

**14.2.** A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) Unilateral** e por ato escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;
- b) Unilateral**, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;
- c) Amigável**, por interesse comum das partes, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial**, nos termos da legislação vigente.

**14.3.** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**14.4.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**14.5.** O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

## ***CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS FUNDAMENTOS***

**14.1.** Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e pelo Termo de Referência e demais anexos a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

**14.2.** Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto deste Contrato, no que não conflitar com a supremacia do interesse público, que é característica de todo contrato pactuado pela Administração Pública.

## ***CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO***

**15.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1.** Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

**16.2.** Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresse, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

**16.2.1.** Em caso de alteração do endereço eletrônico, é obrigação da empresa comunicar ao TRE/MS a nova conta de e-mail válida.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

**17.1.** É competente o foro da Justiça Federal, em Campo Grande – MS, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por terem convencionado, aceito e declarado, as partes assinam este termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande, xx de xxx de 2020.

**Hardy Waldschmidt**  
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXX  
Representante legal da empresa  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 26/10/2020, às 19:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0925269** e o código CRC **88CDB7C3**.